

# LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

---

Profa. Ayonã Bartolomeu Ribeiro

# ORIGEM

A LGPD se baseou em grande parte na GDPR (General Data Protection Regulation)), que possui aplicabilidade direta em todos os países da União Europeia e do Espaço Econômico Europeu (Noruega, Islândia e Liechtenstein)

# O QUE É A LGPD

A Lei Geral de Proteção de Dados tem como objetivo a proteção de dados da “pessoa natural”, que é denominada TITULAR.

# APLICABILIDADE

A LGPD se aplica ao tratamento de dados pessoais por qualquer pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, realizado no Brasil, ou quando o tratamento tenha por objetivo a oferta ou fornecimento de bens ou serviços a titulares localizados no Brasil, independentemente do meio, do país de sua sede ou do país onde estejam localizados os dados.

A LGPD, atinge qualquer empresa ou profissional que realizem algum tratamento de dados pessoais, nem que seja apenas sobre os dados de seus colaboradores.

# INAPLICABILIDADE DA LGPD (EXCEÇÃO)

Feito por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e não econômicos;

Realizado para fins exclusivamente jornalísticos e artísticos;

Realizado para fins exclusivamente acadêmicos;

Realizado para fins exclusivos de segurança pública, defesa nacional, segurança do Estado ou atividades de investigação e repressão de infrações penais, a ser regulado por legislação específica; e

Sobre dados provenientes de fora do território nacional e que não sejam objeto de comunicação, uso compartilhado com agentes de tratamento brasileiros ou objeto de transferência internacional de dados com outro país que não o de proveniência, desde que o país de proveniência proporcione grau de proteção de dados pessoais adequado ao previsto na LGPD

# CONCEITOS

**DADO PESSOAL:** Dado pessoal é toda informação que identifique ou permita identificar uma pessoa natural (física)

Do mesmo modo, fragmentos de informação que em contexto específico, viabilizam a identificação de uma indivíduo também são considerados dados pessoais.

# EXEMPLOS

Nome; ▪ Endereço; ▪ RG e CPF; ▪ Dados de localização; ▪ Dados obtidos através de cookies de um site; ▪ Endereço de IP; ▪ Idade; ▪ Dados biométricos etc.



# DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS

São todos os dados pessoais que versam sobre “origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.”

## POR QUE SÃO NOMEADOS “SENSÍVEIS”?

São denominados dados pessoais sensíveis pelo risco de discriminação ao titular e possuem regime jurídico diferenciado e mais restritivo em comparação aos dados pessoais "comuns".

# TRATAMENTO DE DADOS

Toda e qualquer operação de manuseio de dados pessoais, em todo o seu ciclo de vida, tais como:

Coleta ▪ Produção ▪ Recepção ▪ Classificação ▪ Utilização ▪ Acesso ▪ Reprodução ▪ Transmissão ▪ Distribuição ▪ Processamento, Arquivamento ▪ Armazenamento ▪ Eliminação ▪ Avaliação ou controle ▪ Modificação ▪ Comunicação ▪ Transferência ▪ Difusão ▪ Extração

# AGENTES DE TRATAMENTO

**CONTROLADOR:** pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.

É o controlador que define a finalidade do tratamento e estão entre suas responsabilidades:

Atender as requisições/direitos dos titulares; ▪ Responsabilidade civil pelos danos causados em razão do tratamento; ▪ Determinação específica das instruções ao operador; ▪ Elaboração de relatório de impacto à proteção de dados pessoais.

# OPERADOR

Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.

O operador não pode tratar dados pessoais em contrariedade com as determinações do controlador.

O operador será responsabilizado civilmente de forma solidária ao controlador quando descumprir a legislação ou quando não tiver seguido as instruções lícitas do controlador, hipótese em que se equipara ao controlador.

# ATENÇÃO

No contrato entre controlador e operador deverá haver a especificação e a orientação a respeito das atribuições do operador.

# ENCARREGADO/DPO (data protection officer)

O encarregado, conhecido como DPO, é a pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares e a ANPD.

## Responsabilidade do DPO:

Aceitar reclamações e comunicações dos titulares, prestar esclarecimentos e adotar providências; ▪ Receber comunicações da ANPD e adotar providências; ▪ Orientar os funcionários e os contratados da entidade a respeito das práticas a serem tomadas em relação à proteção de dados pessoais; e ▪ Executar as demais atribuições determinadas pelo controlador ou estabelecidas em normas complementares

# AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (ANPD)

Órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados no Brasil.

Responsabilidades da ANPD:

Apreciar petições de titular contra controlador; ▪ Promover conhecimento sobre proteção de dados e medidas de segurança; ▪ Ouvir os agentes de tratamento e a sociedade; ▪ Estimular a adoção de padrões para serviços e produtos que facilitem o exercício de controle dos titulares sobre seus dados; ▪ Deliberar sobre a interpretação da LGPD, suas competências e casos omissos; ▪ Celebrar compromisso com agentes de tratamento para eliminar irregularidade, incerteza jurídica ou situação contenciosa; ▪ Realizar auditorias, ou determinar sua realização.



# PRINCÍPIOS DA LGPD

# FINALIDADE

Os dados devem ser tratados com propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades;

# ADEQUAÇÃO

Compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento;

# NECESSIDADE

Limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados;

# LIVRE ACESSO

Garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais;

# TRANSPARÊNCIA

Garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento.

# SEGURANÇA

Utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;

# PREVENÇÃO

Adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais;



# NÃO DISCRIMINAÇÃO

A LGPD proíbe o tratamento realizado para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos, visando coibir o uso de dados para estigmatizar e segregar o indivíduo.

# RESPONSABILIZAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS

Demonstração, pelo agente, da adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e, inclusive, da eficácia dessas medidas.

O princípio da responsabilização e prestação de contas impõe que o agente demonstre a adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e, inclusive, da eficácia dessas medidas.

# BASES LEGAIS DA LGPD

Se não houver base legal que justifique, o tratamento é ilegal.

Há dez hipóteses taxativas (exclusivas) de tratamento de dados pessoais:

# CONSENTIMENTO DO TITULAR

É necessário que haja a manifestação livre, informada e inequívoca do titular quanto o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada.

As autorizações genéricas serão nulas.

Caixas pré-habilitadas ou textos de difícil compreensão não atendem aos requisitos do consentimento

# CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO LEGAL OU REGULATÓRIA

O tratamento de dados também poderá ser realizado para o cumprimento de uma determinação disposta em lei ou outra norma jurídica pelo controlador.

Exemplos: Declarações fiscais.

# EXECUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

O Poder Público poderá tratar e fazer uso compartilhado de dados pessoais se eles forem necessários para colocar em prática políticas públicas previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios e outros instrumentos congêneres.

Exemplos: requerimentos de benefícios tais como Auxílio Brasil. Bolsa-Família e etc.

# ESTUDOS POR ÓRGÃO DE PESQUISA

Esta base contempla o tratamento de dados para realização de estudos por órgãos de pesquisa, como IBGE e IPEA.

Pela LGPD, entende-se "órgão de pesquisa" por órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos legalmente constituída sob as leis brasileiras, com sede e foro no País, que inclua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter histórico, científico, tecnológico ou estatístico.

A LGPD recomenda que sempre que possível, seja feita a anonimização dos dados pessoais, com o fim de impossibilitar a associação direta ou indireta da informação a uma pessoa



# EXECUÇÃO DE CONTRATOS OU PROCEDIMENTOS PRELIMINARES

Pode haver o tratamento de dados pessoais Para a realização de um contrato, e em procedimentos preliminares à formação do contrato, desde que a pedido do titular.

# EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITOS EM PROCESSOS

Pode haver o tratamento de dados pessoais para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral.

# PROTEÇÃO DA VIDA OU INCOLUMIDADE FÍSICA

Deve ser verificada se há a necessidade do tratamento para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro.

Exempl: Geolocalização de pessoas desaparecidas.

# TUTELA DA SAÚDE

Versa sobre o tratamento de dados em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária.

Médicos, farmacêuticos, enfermeiros, fisioterapeutas, educadores físicos, psicólogos, nutricionistas, dentre outros, estarão legitimados para efetuar o tratamento de dados, desde que o tratamento seja para atendimento à finalidade específica de tutela da saúde.

# INTERESSE LEGÍTIMO

A lei dispõe que pode haver o tratamento quando necessário para atender aos interesses legítimos do controlador ou de terceiro, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais.

Não há definição legal do que seria esse “interesse legítimo”.

Exemplos: apoio e promoção de atividades do controlador; e proteção, em relação ao titular, do exercício regular de seus direitos ou prestação de serviços que o beneficiem, respeitadas as legítimas expectativas dele e os direitos e liberdades fundamentais.

# ATENÇÃO

A escolha do legítimo interesse não pode ser utilizada como carta branca para legitimar todo e qualquer tratamento.

Esta base legal não pode justificar o tratamento de dados pessoais sensíveis.

# BASES LEGAIS NO TRATAMENTO DE DADOS SENSÍVEIS

Não aplicabilidade das bases legais:

"execução de contrato", "interesse legítimo" e "proteção ao crédito".

# DADOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A LGPD exige que o tratamento de dados de crianças e adolescentes seja realizado em seu melhor interesse.

É exigido o consentimento específico e em destaque dado por pelo menos um dos pais ou pelo responsável legal.

Há dispensa deste consentimento quando a coleta for necessária para contatar os pais ou responsável, admitindo-se o uso dos dados uma única vez e sem armazenamento, ou para proteção da criança, sendo proibido o repasse dos dados a terceiro sem consentimento. A previsão, porém, menciona apenas criança, havendo discussões sobre se o consentimento dos pais/responsável é dispensado no tratamento de dados de adolescente.



# DIREITO DOS TITULARES

**Confirmação de tratamento:** Todo titular tem o direito de exigir meramente a confirmação da existência de tratamento de seus dados pessoais.

**Acesso:** Os direitos de confirmação e de acesso deverão ser respondidos imediatamente se de forma simplificada ou em até 15 dias da data do requerimento por meio de declaração completa.

**Correção:** Os dados devem ser completados, corrigidos e atualizados, a exemplo de eventuais alterações cadastrais de endereço, registro civil e etc.

# ANONIMIZAÇÃO, BLOQUEIO OU ELIMINAÇÃO DE DADOS

No caso de irregularidade no tratamento, o titular poderá requerer o bloqueio, a eliminação ou a anonimização dos seus dados. O atendimento a esta requisição não é automático, e sua possibilidade deve ser avaliada.

O controlador deverá informar os demais agentes de tratamento para que repitam o mesmo procedimento.

# PORTABILIDADE DE DADOS

Prevê a possibilidade de transmissão dos dados pessoais por um controlador a outro. Portanto, há a recomendação que os dados devem ser mantidos de forma estruturada, facilitando eventual portabilidade.

A lei deixa brechas para regulamentação do atendimento a este direito pela ANPD.

# ELIMINAÇÃO DOS DADOS TRATADOS COM CONSENTIMENTO

Já aprendemos que o consentimento poderá ser revogado a qualquer tempo pelo titular.

Consequentemente, o titular também pode solicitar a eliminação dos dados com a retirada do consentimento. Hipóteses de não exclusão do armazenamento, Art 16. da LGPD:

Cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador; estudo por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais; transferência a terceiro, desde que respeitados os requisitos de tratamento de dados dispostos nesta Lei; ou uso exclusivo do controlador, vedado seu acesso por terceiro, e desde que anonimizados os dados.

# INFORMAÇÕES SOBRE O COMPARTILHAMENTO DE DADOS

Este direito permite ao titular ter pleno conhecimento de todas as entidades, públicas e privadas, com as quais o controlador tenha compartilhado os dados.

## INFORMAÇÃO SOBRE A POSSIBILIDADE DE NÃO FORNECER CONSENTIMENTO

O consentimento deve ser uma manifestação livre, informada e inequívoca do titular, na qual há concordância com o tratamento de dados para uma finalidade específica.

Portanto, o titular também deve ser informado sobre a possibilidade de não fornecer o consentimento e das consequências da recusa,

Exemplo: O usuário é convidado a consentir com o uso de cookies em um site. Se o não consentimento for prejudicar a experiência de navegação, o usuário deve ser informado

# SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Em caso de infrações à LGPD, as empresas, na qualidade de agentes de tratamento, ficam sujeitos a sanções administrativas aplicáveis pela ANPD.

As sanções administrativas começaram a ser aplicadas a partir de 01.08.2021.

# ESPÉCIES DE SANÇÕES

- Advertência, com prazo para corrigir as infrações;
- Multa simples de até 2% do faturamento da empresa no ano anterior, até o limite de R\$50 milhões por infração;
- Multa diária de até 2% do faturamento da empresa no ano anterior, até um limite de R\$50 milhões por infração;
- Tornar pública a infração cometida (atenção ao dano de reputação);
- Bloqueio dos dados pessoais relacionados à infração;



- Eliminação dos dados pessoais relacionados à infração;
- Suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de 06 meses, prorrogável por igual período;
- Suspensão da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de seis meses, prorrogável por igual período;
- Proibição parcial ou total das atividades relacionadas a tratamento de dados.

**IMPORTANTE:** A aplicação de qualquer sanção depende de prévio procedimento administrativos, assegurados o contraditório e a ampla-defesa, que direitos fundamentais na nossa nação.

## CRITÉRIOS PARA A FIXAÇÃO DA SANÇÃO:

- Gravidade e natureza das infrações e dos direitos pessoais afetados;
- Boa-fé do infrator;
- Vantagem auferida ou pretendida pelo infrator; [
- Condição econômica do infrator;
- Reincidência;
- Grau do dano

- Cooperação do infrator;
- Adoção reiterada e demonstrada de mecanismos e procedimentos capazes de minimizar o dano, voltados ao tratamento seguro e adequado de dados;
- Adoção de política de boas práticas e governança;
- Pronta adoção de medidas corretivas;
- Proporcionalidade entre a gravidade da falta e a intensidade da sanção.

# DADO ANONIMIZADO

Dado anonimizado é o dado que não identifica nem torna identificável uma pessoa natural, resultando na inaplicabilidade da LGPD.

A anonimização é resultado de um procedimento para que um dado pessoal perca, de maneira irreversível, a possibilidade de identificar uma pessoa natural.

# PORTABILIDADE DOS DADOS

É possível a transmissão dos dados pessoais por um controlador a outro fornecedor de serviço ou produto.

Por isso é recomendável que os dados sejam mantidos de forma estruturada, para facilitar eventual requisição desta natureza. A lei deixa ainda em aberto a possibilidade de regulamentação do atendimento a este direito pela ANPD.

# ELIMINAÇÃO DOS DADOS TRATADOS COM CONSENTIMENTO

O consentimento poderá ser revogado a qualquer tempo pelo titular. Naturalmente, o titular também poderá solicitar a eliminação destes dados caso o consentimento tenha sido retirado.